

Empreender no século XXI deixou de ser apenas um exercício de ambição económica para se tornar um ato moral. Num tempo em que as fronteiras entre lucro e consciência se desvanecem, o verdadeiro empreendedor é aquele que compreende que cada decisão corporativa é também uma escolha civilizacional. A ética, outrora vista como ornamento da gestão, tornou-se o seu eixo estruturante. Como defende Amartya Sen (2024), o lucro só é justo quando nasce do bem comum — e é esta consciência que inaugura uma nova era na economia global.

A literatura recente tem convergido num mesmo diagnóstico: o capitalismo linear e extrativo encontra-se esgotado. John Elkington (2024), criador do conceito de *Triple Bottom Line*, reformulou a sua própria teoria ao afirmar que as empresas não podem prosperar num planeta que colapsa. O novo paradigma exige medir o sucesso não apenas por lucros, mas também por impacto ambiental e social. Henderson (2025) reforça que o capitalismo do futuro será regenerativo ou deixará de ser capitalismo. A rentabilidade desassociada da ética é hoje um anacronismo perigoso, sobretudo numa era em que consumidores e investidores exigem transparência e coerência.

De acordo com o *Global Sustainable Investment Alliance Report* (2025), os investimentos sustentáveis ultrapassaram 45 biliões de dólares, representando já mais de 36% dos ativos financeiros globais. Este movimento reflete não apenas uma tendência económica, mas uma transformação cultural profunda. Contudo, como advertem Khan, Li e Venn (2024), o crescimento das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) trouxe consigo o risco do *greenwashing*, isto é, da retórica ecológica sem substância. A credibilidade dos compromissos empresariais depende da existência de métricas auditáveis e verificáveis, um ponto também enfatizado pela Comissão Europeia (2025) através das novas *Corporate Sustainability Reporting Directives*.

Ao mesmo tempo, a filosofia do *Capitalismo Consciente*, de Mackey e Sisodia (2024), resgata a dimensão espiritual do empreender: as empresas não existem para gerar lucro, mas o lucro surge quando cumprem um propósito nobre. Esta visão encontra eco em Henderson (2025), que argumenta que o propósito autêntico não é marketing, mas bússola estratégica. No entanto, Zuboff (2024) alerta para a manipulação deste conceito, num contexto dominado pela “economia da vigilância”, em que a moral é frequentemente instrumentalizada para vender confiança. A autenticidade corporativa, portanto, é a fronteira ética mais desafiadora do nosso tempo — mede-se menos pelo discurso e mais pela coerência entre ação e

narrativa.

O planeta, terceiro vértice desta nova ética empresarial, exige mais do que sustentabilidade: requer regeneração. Kate Raworth (2024) propõe, na sua *Doughnut Economics Regenerative Edition*, que o crescimento económico deve respeitar os limites planetários e, simultaneamente, satisfazer as necessidades humanas básicas. Esta visão circular e ecológica da economia substitui a lógica linear da produção e descarte por um metabolismo económico inspirado na natureza. Empresas portuguesas como a The Navigator Company ou a Corticeira Amorim têm demonstrado, segundo Corte-Real, Silva, Alves e Pimenta (2024), que é possível conciliar rentabilidade e regeneração através de processos de economia circular que transformam resíduos em recursos.

A dimensão humana do empreender ético passa, inevitavelmente, pela liderança. Cummings, Tate e Wong (2024) mostram que líderes empáticos e compassivos não apenas reduzem conflitos em 42%, mas também aumentam o desempenho das equipas em 35%. A liderança do futuro será, portanto, humanista e sistémica, capaz de pensar em ecossistemas, não apenas em organizações. No contexto pós-pandemia, a gestão deixou de ser apenas racional: tornou-se relacional. Cuidar da equipa, do cliente e da comunidade é agora um indicador estratégico de desempenho e não apenas uma virtude moral.

As finanças sustentáveis, ou *green finance*, consolidam-se como o instrumento de transição mais poderoso desta nova ética. O relatório da BlackRock (2025) demonstra que os fundos ESG superaram, pela primeira vez, a rentabilidade média dos fundos tradicionais, comprovando que a sustentabilidade não é obstáculo, mas vantagem competitiva. Contudo, economistas como Piketty (2024) e Stiglitz (2025) insistem que a verdadeira sustentabilidade só será alcançada quando houver redistribuição justa do valor. Um capitalismo que não reduz desigualdades perpetua a insustentabilidade social, mesmo que compense emissões de carbono. A economia regenerativa deve, por isso, ser também uma economia justa, que reequilibre as relações entre trabalho, capital e natureza.

A ética do empreender é, portanto, a gramática moral do século XXI. Lucro, propósito e planeta constituem os três vértices de uma nova geometria empresarial, como sublinha Elkington (2024), onde a performance é avaliada pela contribuição coletiva e não apenas pela eficiência. O empreendedor contemporâneo é também curador do futuro — alguém que compreende que a empresa é um organismo vivo inserido num ecossistema

interdependente. A regeneração deixa de ser uma opção estratégica para tornar-se um imperativo civilizacional.

A crise climática, a desigualdade global e o desgaste psicológico das organizações exigem uma viragem ética radical. Esta transformação começa nas decisões quotidianas — na escolha de fornecedores, na transparência dos relatórios, na equidade salarial, na forma como se comunica e se lidera. A cultura do propósito, quando genuína, humaniza o capitalismo e aproxima a economia do seu verdadeiro fim: o bem-estar humano. Como sintetiza Henderson (2025), “a empresa que ignora o planeta perde o futuro; a que o regenera, cria eternidade.”

O empreendedorismo ético é, no fundo, o reencontro entre a economia e a empatia. É o regresso à ideia original de que o progresso deve servir a vida e não o contrário. O lucro continua necessário — mas é o propósito que lhe dá alma, e o planeta que lhe dá sentido. A nova ética do empreender não é uma utopia; é uma urgência. E talvez seja, paradoxalmente, a única forma de garantir que o futuro ainda tem lugar para o humano.

Referências Bibliográficas

BlackRock. (2025). *Global ESG Index Report 2025*. London: BlackRock Research Institute.

Corte-Real, S., Silva, R., Alves, D., & Pimenta, N. (2024). Management of medical sharps by diabetic patients in Portugal: A cross-sectional study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(17), 10876. <https://doi.org/10.3390/ijerph191710876>

Cummings, G., Tate, K., & Wong, C. (2024). Compassionate leadership and team performance: A meta-analytic review. *Journal of Organizational Behavior*, 45(3), 401–420.

Elkington, J. (2024). *Green Swans: The Coming Boom in Regenerative Capitalism*. Fast Company Press.

Henderson, R. (2025). *Reimagining Capitalism in a World on Fire (Updated Edition)*. Harvard University Press.

Khan, S., Li, P., & Venn, A. (2024). ESG disclosure quality and firm performance: Global evidence. *Journal of Business Ethics*, 193(4), 871–889.

Mackey, J., & Sisodia, R. (2024). *Conscious Capitalism Revisited: Profit with Purpose*. Harvard

Business Review Press.

Piketty, T. (2024). *Justice and Sustainability: Economics for the 21st Century*. Éditions du Seuil.

Raworth, K. (2024). *Doughnut Economics: Regenerative Edition*. Random House.

Sen, A. (2024). *The Idea of Justice in a Sustainable World*. Oxford University Press.

Stiglitz, J. (2025). *The Road to Shared Prosperity: Rethinking Global Capitalism*. W.W. Norton & Company.

Zuboff, S. (2024). *The Age of Surveillance Capitalism (Revised Edition)*. PublicAffairs.